

## Relatório da Administração

A **PSG - Padtec Serviços Globais de Telecomunicações Ltda.** ("PSG Telecom" ou "**Empresa**"), empresa 100% nacional, vem através do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras auditadas, findadas em 31 de dezembro de 2013, prestar contas das atividades realizadas neste primeiro ano de existência.

### Contexto operacional

**PSG Telecom** é uma empresa de capital nacional com abrangência em todo o território nacional e América Latina na prestação de serviços especializados em redes e sistemas de telecomunicações, englobando as tecnologias de fibras ópticas, infraestrutura, IP, SDH, GPON, DWDM e rádio. Fornece soluções e serviços especializados para empresas que operam sistemas de transmissão de dados, públicas ou privadas, desde infraestrutura física, infraestrutura de redes e O&M.

### Investimentos

Em 2013 a PSG Telecom investiu na estrutura operacional da companhia criando vinte e dois Centros de Manutenções distribuídos em todas as regiões do território nacional, visando o atendimento, suporte, operação e manutenção das redes dos clientes. Ampliou o Centro de Operações de Redes (NOC - Network Operation Center), e participou como prestador de serviços nos principais eventos realizados no país:

- Copa das Confederações;

- Mobilização especial de equipes para instalação, comissionamento e documentação dos equipamentos do Anel backbone, das redes metropolitanas e das sedes dos eventos onde ocorreram os jogos;

- Operação e manutenção dos sistemas de comunicações da Telebrás, Embratel e Oi que atenderam à copa envolvendo as diversas tecnologias, inclusive infraestrutura, com monitoração e profissionais em campo 24hs por dia durante todo o evento.

- Rock In Rio;

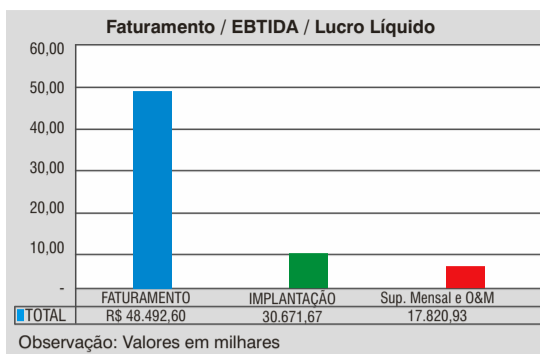
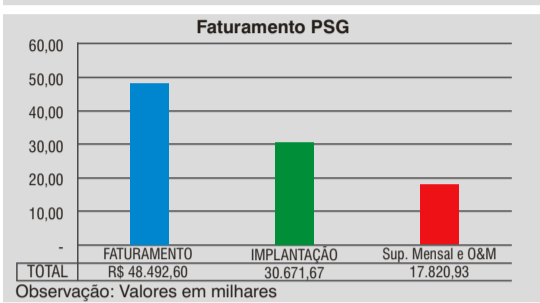
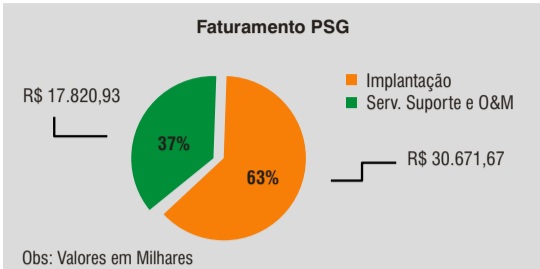
- Operação e manutenção dos sistemas de comunicações da Embratel e Oi com monitoração e profissionais em campo 24hs por dia.

- Copa do Mundo;

- Atuação no planejamento e mobilização especial para implantação do sistema nacional e nas sedes dos eventos.

### Desempenho econômico financeiro

No exercício de 2013, foram elaboradas e fechadas 81 propostas comerciais, sendo 37% de serviços de suporte, operação e manutenção e 63% referentes à implantação de sistemas DWDM e PTN. O faturamento foi da ordem de R\$ 48,4 milhões, sendo que R\$ 30,6 milhões com implantação e ampliação de novas redes e R\$ 17,8 milhões com suporte e O&M destas redes. O Lucro Líquido das operações foi da ordem de R\$ 5,6 milhões, equivalente a 13% da receita operacional líquida e o Ebitda de R\$ 8,6 milhões, 21% da receita operacional líquida. São números expressivos considerando ser o primeiro ano de atuação da PSG Telecom no mercado.



### Governança Corporativa

A PSG Telecom mantém seu processo evolutivo no que tange às práticas de Governança Corporativa. O sistema institucional no qual a Companhia está inserida engloba seu contrato social, estrutura societária, estrutura organizacional, políticas, procedimentos e práticas adotadas que interagem visando cumprir os objetivos sociais e assegurar a perenidade do negócio. A Empresa se compromete, de forma voluntária, a adotar práticas que excedem as exigências da legislação, com referência a governança corporativa e aos direitos dos acionistas, zelando sempre pela prática de condutas éticas e sustentáveis. O gerenciamento de riscos, incluindo a estrutura de controles internos, são práticas da Empresa, consideradas fundamentais para atingir seus objetivos. Para que os interesses de seus administradores estejam de acordo com os interesses de seus acionistas, a monitoria da gestão e desempenho da PSG Telecom é exercida por um Conselho de Administração composto por 2 conselheiros e por uma Diretoria Executiva composta por 4 membros que responde diretamente para o Conselho de Administração e é responsável pela condução dos negócios da Empresa.

### Auditoria externa

Durante o ano de 2013, a Empresa contratou os serviços de auditoria independente da KPMG. A Política da Empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Estes princípios consistem, de acordo com os princípios internacionalmente aceitos, em: (a) a auditoria não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) a auditoria não deve promover os interesses de seu cliente.

A PSG Telecom declara que os auditores independentes e as partes a eles relacionadas não lhe prestaram diretamente serviços não relacionados à auditoria externa referente ao exercício de 2013. Informa ainda que após atender aos requisitos de governança corporativa da empresa, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente autorizada pelo Conselho de Administração.

### Declaração da Diretoria

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

### Agradecimentos

A Empresa agradece aos seus acionistas, clientes, funcionários, fornecedores, prestadores de serviços, financiadores, e comunidades com as quais atua.

Campinas, 11 de fevereiro de 2014

### Diretoria Executiva

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2013 - (Em milhares de Reais)		
Ativo	Nota	2013
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	29
Clientes	5	14.880
Estoques	6	98
Impostos a recuperar	7	260
Outros créditos	8	885
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>16.152</b>
<b>Não circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10a	108
Imobilizado	11	2.834
Intangível	12	32
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.974</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>19.126</b>

### Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2013
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>17</b>	<b>41.547</b>
Custo dos serviços prestados	18	(30.555)
<b>Lucro bruto</b>	<b>10.992</b>	
Despesas comerciais	19	(1.537)
Despesas administrativas	19	(1.069)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>8.386</b>
Receitas financeiras	20	12
Despesas financeiras	21	(2)
<b>Receitas financeiras líquidas</b>	<b>20</b>	<b>10</b>
<b>Resultado do exercício antes dos impostos</b>		<b>8.396</b>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	22	(2.860)
Diferido	10	108
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>5.644</b>

### Demonstração do resultado abrangente - Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - (Em milhares de Reais)

Resultado líquido do exercício	2013	5.644
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>5.644</b>

### Demonstração dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<b>5.644</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>5.644</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	11 e 12	227
Alienação de imobilizado	11	74
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(108)
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>		
Contas a receber	(14.880)	
Estoques	(98)	
Impostos a recuperar	(260)	
Outros créditos	(885)	
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>		
Fornecedores	1.447	
Obrigações sociais a pagar	3.128	
Impostos e contribuições a pagar	1.225	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	536	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	1.297	
Outras contas a pagar	96	
<b>Caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>(2.557)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aumento de capital	16.a	7.093
Aquisição de imobilizado e intangível	11 e 12	(3.167)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos</b>		<b>3.926</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Dividendos propostos	16.c	(1.053)
Juros sobre o capital próprio	16.c	(287)
<b>Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamentos</b>		<b>(1.340)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>29</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>		<b>29</b>

### Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

**1.Contexto operacional** - A PSG - Padtec Serviços Globais de Telecomunicações Ltda. ("Empresa" ou "PSG Telecom"), é uma empresa de capital nacional com abrangência em todo o território nacional e América Latina na prestação de serviços especializados em redes e sistemas de telecomunicações, englobando as tecnologias de fibras ópticas, infraestrutura, IP, SDH, GPON, DWDM e rádio. Fornece soluções e serviços especializados para empresas que operam sistemas de transmissão de dados, públicas ou privadas, desde infraestrutura física, infraestrutura de redes e O&M. Com negócios e representantes no Brasil e na América Latina, a PSG está comprometida com a qualidade de seus serviços, atendendo aos mercados de Operadoras de Telecomunicações, empresas de TI, Utilities, redes de Ensino e Pesquisa e redes Governamentais. Entre os clientes, destacam-se: Embratel/Claro, Telefônica/VIVO, Oi, Telebrás, Silica Networks, Velocom, ABB - Argentina, Alstom, Level3, GVT, TIM, Eletronet, Eletronor, Gas Natural Fenosa Telecom, KwaTera, Rede ANSP - Etice, Prodest, Ciasc, entre outros. Existe uma forte demanda do mercado atual para empresa de serviços e soluções em sistemas de Telecomunicações, que tenha uma visão sistêmica das redes para atuar nas áreas de engenharia e administração de redes, de implantação e operação e manutenção de infraestruturas e sistemas de forma integrada, a fim de prover ao cliente uma solução rápida, de menor custo e de melhor disponibilidade. A PSG possui hoje em seu quadro técnicos altamente capacitados e especializados para operar nestas áreas, tendo como diferencial competitivo o conhecimento na área de comunicação óptica, possuindo bases em todo território nacional. **2. Base de preparação - 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** - As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 11 de fevereiro de 2014. **2.2. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: -Nota 10 - recuperabilidade do imposto de renda

Demonstração das mutações - Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - (Em milhares de Reais)		
	Nota	2013
<b>Reservas de lucros</b>		
<b>Reten-</b>		
<b>Lucros</b>		
<b>Total acumu-</b>		
<b>ladados</b>		
<b>Total</b>		
<b>Nota</b>		
<b>Capital</b>		
<b>social</b>		
<b>Reserva</b>		
<b>ção de</b>		
<b>lucros</b>		
<b>Total</b>		
<b>Saldos em</b>		
<b>31/12/2012</b>		
Integralização do capital social	16.a	7.093
Resultado líquido do exercício	-	-
Reserva legal	16.b	- 282
Distribuição de dividendos	16.c	-
Juros sobre capital próprio	16.c	-
Retenção de lucros	16.d	-
<b>Saldos em</b>		
<b>31/12/2013</b>		
	<b>7.093</b>	<b>282</b>
	<b>4.022</b>	<b>4.304</b>
	<b>4.304</b>	<b>- 11.397</b>

### Demonstração dos valores adicionados - Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - (Em milhares de Reais)

	2013
<b>1 - Receitas</b>	<b>48.493</b>
1.1.Vendas de mercadorias, produtos e serviços	48.493
<b>2 - Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>17.147</b>
2.1.Materiais consumidos	550
2.2.Outros custos de produtos e serviços vendidos	-
2.3.Egitos, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	16.597
<b>3 - Retenções</b>	<b>227</b>
3.1.Depreciação e amortização	227
<b>4 - Valor adicionado líquido</b>	<b>31.119</b>
<b>5 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>12</b>
5.1.Resultado de equivalência patrimonial	-
5.2.Receitas financeiras	12
<b>6 - Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>31.131</b>
<b>7 - Distribuição do valor adicionado</b>	<b>13.131</b>
<b>7.1.Empregados</b>	<b>12.773</b>
Salários e encargos	10.888
Comissões sobre vendas	56
Honorários da diretoria	424
Participação dos empregados nos lucros	875
Participação dos administradores nos lucros	317
Planos de aposentadoria e pensão	213
<b>7.2.Tributos</b>	<b>12.251</b>
Federais	9.803
Estaduais	3
Municipais	2.445
<b>7.3.Financiadores</b>	<b>463</b>
Juros	2
Aluguéis	461
7.4.Acionistas	1.340
<b>Dividendos propostos e juros sobre capital próprio</b>	<b>1.340</b>
<b>7.5.Lucros retidos</b>	<b>4.304</b>

### Demonstração dos valores adicionados - Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - (Em milhares de Reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
---

e a contribuição social diferidos; e -Nota 11 e 12 - determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis. **3.Principais políticas contábeis** - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao período apresentado nessas demonstrações financeiras. **a.Instrumentos financeiros - (i)Ativos financeiros não derivativos** - A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A Empresa deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Empresa na data-base 31 de dezembro de 2013 possui "empréstimos e recebíveis" como seus ativos financeiros não derivativos. **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Empresa na gestão das obrigações de curto prazo, sem perda significativa de valor em caso de resgate antecipado. **(ii)Passivos financeiros não derivativos** - Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou paga. A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iii)Capital social** - As quotas de Capital Social são classificadas no patrimônio líquido. **b.Imobilizado - (i)Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido

de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*Impairment*), quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado. **(ii)Custos subsequentes** - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii)Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que empresa irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o período corrente estão divulgadas na nota explicativa 11.1. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **c.Intangível - (i)Software** - Registrado ao custo de aquisição, é composto basicamente por direito de uso de softwares e licenças de informações técnicas adquiridas de terceiros. **(ii)Amortização** - Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada dos itens significativos do ativo imobilizado para o período corrente estão divulgadas na nota explicativa 12.1. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **d.Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. O valor realizável líquido é o preço estimado de prestação de serviço no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as prestações de serviços. **e.Redução ao valor recuperável de ativos - (i)Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis) - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, é avaliado a cada data de reporte para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor podem incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Empresa sobre condições de que a Empresa não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Ao avaliar a perda de valor recuperável dos recebíveis de forma coletiva a Empresa utiliza dados históricos da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelos dados históricos. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. **(ii)Ativos não financeiros** - Os bens do imobilizado e os ativos intangíveis têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil de referidos ativos ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do período. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve necessidade de constituir provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável. **f.Benefícios a empregados - (i)Benefícios de curto prazo a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado e incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e resultados. **(ii)Plano de contribuição definida** - A Empresa fornece à seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida, administrado pela Fundação Sistel de Seguridade Social. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **g.Provisões** - Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação já constituída ou ainda não formalizada, apresentada como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **(i)Provisão participação administradores** - A provisão de participação dos administradores é reconhecida após a aprovação pelos sócios do plano estratégico da Empresa que compreende o atingimento de metas pelos administradores. **h.Imposto de renda e contribuição social** - O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(ii)Imposto corrente** - O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **(iii)Imposto diferido** - O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Empresa espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e**

contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **i.Tributos indiretos** - As receitas de serviços prestados estão sujeitas aos impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: -Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS): 1,65%. -Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60%. -Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN): 5,00%. Esses tributos são apresentados como deduções das vendas e estão demonstrados na nota explicativa nº 17. **j.Receita operacional - (i)Serviços** - A receita

continuação...

### 11. Imobilizado

Máquinas e Equipos de equiptos computação	Móveis e utensílios	Instalações prediais	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>			
Saldo inicial	-	-	-
Aquisições	3.050	51	21
Alienações	(71)	(3)	(74)
Depreciação	(217)	(7)	(1)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>2.762</b>	<b>41</b>	<b>20</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>			
Custo	2.977	47	21
Depreciação acumulada	(215)	(6)	(1)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>2.762</b>	<b>41</b>	<b>20</b>

11.1. Depreciação	Em anos	% a.a.
Máquinas e equipamentos	2 a 10 anos	50 a 10
Equipamentos de computação	1 a 5 anos	20 a 100
Móveis e utensílios	6 a 15 anos	16,67 a 6,67
Instalações prediais	7 a 15 anos	6,68 a 14

12. Intangível	2013
<b>Software</b>	
Saldo inicial	34
Aquisições	(2)
Amortização	(2)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>32</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	
Custo	34
Amortização acumulada	(2)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>32</b>

12.1. Amortização	Em anos	% a.a.
Software	5 anos	20

### 13. Fornecedores

Fornecedores nacionais	1.368
Partes relacionadas (nota 9)	79
<b>Total</b>	<b>1.447</b>

### 14. Impostos e contribuições a pagar

INSS	312
IRRF	100
ISS	107
PIS	117
COFINS	539
Outros	50
<b>Total</b>	<b>1.225</b>

### 15. Obrigações sociais a pagar

Salários	546
PLR	875
Participação dos Administradores	317
Encargos sociais	399
Provisões para férias	908
Previdência privada	74
Outros	9
<b>Total</b>	<b>3.128</b>

### 16. Patrimônio líquido

#### a. Capital social

O capital social da Empresa, em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 7.093 e está representado por 7.093.202 quotas de capital social, no valor unitário de R\$ 1,00 cada. As quotas de capital social são distribuídas para os sócios da seguinte forma:

Sócios	Quantidade de quotas	% de participação
Padtec S.A.	7.093.201	100,00%
Antonio Daniel de Farias	1	0,00%
<b>Total</b>	<b>7.093.202</b>	<b>100,0%</b>

Durante o primeiro trimestre de 2013 ocorreu a primeira alteração contratual com aumento de capital totalizando o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 7.093.

#### b. Reservas de lucros

##### Legal

Conforme preconiza a legislação societária, a reserva legal é constituída em 31 de dezembro com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Em 2013 foi de R\$ 282.

##### c. Dividendos

Resultado do exercício	5.644
(-) Constituição da reserva legal	(282)
(=) Base de cálculo dos dividendos	5.362
(x) Percentual aplicado	25%
<b>(=) Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>1.340</b>

##### Composição dos Dividendos

Juros sobre capital próprio	287
(-) IRRF	(43)
Dividendos propostos	1.053
<b>Total dividendos</b>	<b>1.297</b>

#### d. Reserva de retenção para investimento

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício em 31 de dezembro de 2013 foi reclassificado para reserva de lucros - reserva de retenção para investimentos, conforme disposição da Lei nº 11.638/07, de forma a ser aplicado nos projetos de investimento, por proposta da Administração, com base no planejamento plurianual aprovado pelos sócios.

Lucro líquido	5.644
(-) Reserva Legal	(282)
(-) Dividendos obrigatórios estatutários	(1.340)
(=) Reserva de Lucros (reserva de retenção para investimentos)	4.022
<b>17. Receita operacional líquida</b>	<b>2013</b>
Receita operacional bruta	48.661
Impostos incidentes sobre as vendas	(6.945)
Devoluções e cancelamentos	(169)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>41.547</b>

### 18. Custo dos serviços prestados

Mão-de-obra	(13.705)
Gastos gerais de prestação de serviços	(16.850)
<b>Total</b>	<b>(30.555)</b>

### 19. Despesas administrativas e comerciais

Despesas trabalhistas e encargos sociais	(1.693)
Despesas gerais e administrativas	(577)
Serviços de terceiros	(125)
Despesas de vendas e marketing	(40)
Material de consumo	(7)
Outros impostos	(29)
Aluguéis imóveis/ equipamentos	(135)
<b>Total</b>	<b>(2.606)</b>

Classificado como:

Despesas comerciais	(1.537)
Despesas administrativas	(1.069)
<b>Total</b>	<b>(2.606)</b>

### 20. Receitas financeiras líquidas

Juros sobre aplicações financeiras	12
<b>Total</b>	<b>12</b>

### 21. Despesas financeiras líquidas

Juros	(2)
<b>Total</b>	<b>(2)</b>

### 22. Imposto de renda e contribuição social correntes

Os valores do imposto de renda, calculados à alíquota de 25%, e de contribuição social, calculados à alíquota de 9%, são demonstrados como segue:

<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>2013</b>
(+/-) Adições e exclusões	8.396
<b>Lucro real/(prejuízo fiscal)</b>	<b>19</b>
Ajustes anos anteriores	8.415
Imposto de renda	(2.094)
- alíquota 15% + adicional de 10% (R\$ 240)	(766)
Contribuição social - alíquota 9%	(2.860)
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>(2.860)</b>

### 23. Seguros

A Empresa possui seguros contratados e em vigor em 31 de dezembro de 2013, em montante julgado, pela Administração, suficiente para a cobertura de seus riscos operacionais. A seguir, demonstramos os valores segurados por cobertura de risco.

	Risco coberto (*)	Vigência atual (*)	De	Até	Valor segurado (*)
Seguro patrimonial	Incêndio, raio, danos elétricos, furtos/roubos	01/01/14	31/12/15	3.873	

### 24. Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da PSG, conforme quadros abaixo:

<b>Ativos</b>	<b>2013</b>
<b>Valor justo por meio de resultado</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	29
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	
Contas a receber de clientes (ativo circulante)	14.880
<b>Total</b>	<b>14.909</b>

### Passivos

#### Passivos pelo custo amortizado

Fornecedores	1.447
<b>Total</b>	<b>1.447</b>

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas no quadro acima.

#### Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

<b>Ativos</b>	<b>2013</b>
Caixas e equivalentes de caixa	29
Contas a receber de clientes (ativo circulante)	14.880
<b>Total</b>	<b>14.909</b>

Advém da possibilidade da Empresa não receber os valores decorrentes de operações de prestação de serviço. Para atenuar esse risco, a Empresa adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes. No geral, a Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a PSG esteja exposta, considerando características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

#### Risco de liquidez

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários e fundos de renda fixa. Empresa - Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da PSG Padtec Serviços Globais de Telecomunicações Ltda. possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

#### Valor justo - Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2013	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	29		29
Contas a receber de clientes - Circulante	14.880		14.880
<b>Total</b>	<b>14.909</b>		<b>14.909</b>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	1.447		1.447
<b>Total</b>	<b>1.447</b>		<b>1.447</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros, relativos aos juros, foi determinado conforme descrito a seguir: "As disponibilidades em contabilidade têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

#### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou o passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Valor contábil em dez/13	Nível 1	Nível 2
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	29	29
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>29</b>

#### Garantias

Na data de encerramento do balanço, a Empresa não possuía nenhuma garantia tomada vinculada a operações de contas a receber. Durante o período de 2013, a Empresa não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

#### 25. Plano de previdência privada

A Empresa participa no plano de previdência privada da Fundação Sistel de Seguridade Social, com a Fundação CPqD, cujo parecer atuarial aponta para um equilíbrio entre os ativos e passivos. O tipo de plano é contribuição definida. O montante no ano-calendário de 2013 é de R\$ 194.

#### 26. Novas normas e interpretações vigentes para 2013

A Empresa tem aplicado consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 3 ao exercício apresentado nesta demonstração financeira. A Empresa avaliou os seguintes novos pronunciamentos e revisões a pronunciamentos, incluindo qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2013.

(a) CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto; (b) CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto; (c) CPC 26 (R2) Apresentação de Itens em Outros Resultados Abrangentes; (d) CPC 36 (R3) Demonstrações Financeiras Consolidadas; (e) CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação; (f) CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades; e (g) CPC 46 Mensuração do Valor Justo; A administração da Empresa concluiu que não espera alterações nas demonstrações financeiras pela aplicação destas normas.

#### 27. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação desta demonstração financeira. Aquelas que podem ser relevantes para a Empresa estão mencionadas abaixo. A administração não planeja adotar estas normas de forma antecipada. (i) IFRS 9 **Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010)**, IFRS 9 **Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)** - O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros e contabilidade de hedge. O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. (ii) IAS 32 - **Financial Instruments: Presentation** - IAS 32/CPC 40 (R1) "Instrumentos financeiros: apresentação". Estas revisões explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Empresa, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. (iii) IAS 19 - **Employee benefits (Benefícios a Empregados)** - IAS 19 - "Benefícios a empregados" alterada em junho de 2011. As principais alterações da norma estão relacionadas com planos de benefícios definidos, onde: (i) elimina o método do corredor para ganhos e perdas atuariais e requer seu reconhecimento imediato em outros resultados abrangentes, (ii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado e (iii) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos

#### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Aos Quotistas e Administradores da PSG - Padtec Serviços Globais de Telecomunicações Ltda. Campinas - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da PSG - Padtec Serviços Globais de Telecomunicações Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos,

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Jarib Brisola Duarte Fogaça  
Contador CRC 1SP125991/O-0

do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A Empresa não espera que esta alteração gere impactos nas demonstrações financeiras. O IAS 19 é efetivo para 1º de julho de 2014. (iv) IAS 36 - **Impairment of Assets (Redução ao valor recuperável de ativos)** - Alteração para reverter o requerimento não intencional na IFRS 13 - Fair Value Measurement, de divulgar o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa à qual foi alocado o ágio significativo ou ativos intangíveis com vida útil indefinida.

#### Novation of Derivatives and Continuation of Hedge Accounting (Novação de Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge)

Como consequência da crise econômica internacional, em várias jurisdições, leis e regulamentações sobre derivativos negociados em balcão estão sendo alteradas, exigindo ou incentivando para as entidades a renovar alguns derivativos usados em relações de hedge. Em resposta a isso, o IASB divulgou a mudança de norma - Novation of Derivatives and Continuation of Hedge Accounting (Amendments to IAS 39) - permitindo a continuidade da relação de um hedging existente quando da novação, que não estava contemplada na documentação do hedging original. O IAS 39 é efetivo para 1º de janeiro de 2014. (vi) IFRIC 21 - **Taxaões** - O IFRIC 21 introduz novos requerimentos quanto a apresentação, mensuração e divulgação das taxaões e desembolsos exigidos pelo governo por meio de legislação. O IFRIC 21 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

A Administração está avaliando os possíveis impactos da aplicação destes novos pronunciamentos, no entanto, não são esperados efeitos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas apenas divulgações. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

#### 28. Eventos subsequentes

##### (i) Regime Tributário de Transição (RTT) - Medida Provisória nº 627

Em linha com o Regime Tributário de Transição (RTT) de 2009, desde a aplicação das normas internacionais de contabilidade nas suas demonstrações financeiras a partir de 2008, a Empresa vem apurando seu imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com base nas práticas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007. Em 11 de novembro de 2013, a Receita Federal emitiu a Medida Provisória nº 627 alterando a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e revogando o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Esta Medida Provisória dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil e entre outros, reconhece os efeitos da aplicação das normas internacionais dando o respectivo tratamento na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. Com validade a partir de janeiro de 2015, a Medida Provisória permite sua aplicação antecipada a partir de janeiro de 2014. A Administração está avaliando os possíveis impactos da aplicação desta Medida Provisória, no entanto, não são esperados efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa.

#### Diretoria Executiva

José Tadeu de Jesus  
Presidente

Antonio Daniel de Farias  
Diretor Administrativo-Financeiro

José Oswaldo Guimarães  
Diretor Comercial

Reynaldo Yoshio Nakamura  
Diretor de Operações

Marcelo Alves Carneiro  
Gerente de Controladoria

Rodrigo Moralez  
Contador CRC 1SP244417/O-1

#### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PSG - Padtec Serviços Globais de Telecomunicações Ltda. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado** - Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar para as demais companhias. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Campinas, 11 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Jarib Brisola Duarte Fogaça  
Contador CRC 1SP125991/O-0

Raniery Borges Marques  
Contador CRC 1SP217700/O-3

